



FLORESTAS . PT

Florestas e território: financiamento, custos e valor

Gonçalo Alves

12/03/2024



Índice

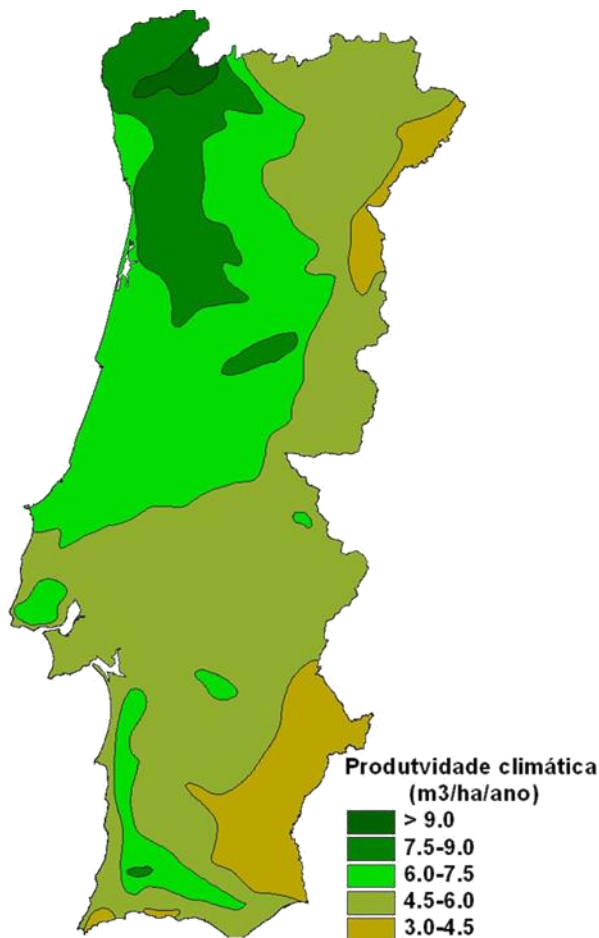


1. Potencial florestal em Portugal	3
2. Florestas, alterações climáticas e desafios	7
3. Florestas e financiamento	12
- Mecanismos de financiamento público	13
- Financiamento privado	15

Potencial florestal em Portugal



Potencial florestal em Portugal



Tendo em consideração as suas características edafoclimáticas, Portugal é o País da União Europeia com maior Potencial Florestal.

Verifica-se que a sua produtividade climática varia entre os 3 m³ por hectare / ano na região mais oriental país e os mais de 9 m³ por hectare / ano no norte litoral.

Produtividade Atual

de acordo com o 6º IFN (ICNF)

- Pinheiro Bravo – 4,2 m³ / hectare / ano
- Eucalipto – 5,9 m³ / hectare / ano
- Sobreiro – produção fortemente ameaçada

Potencial florestal em Portugal



A Produtividade Nacional encontra-se muito abaixo da Produtividade Potencial do País.

Em algumas estações, facilmente se poderá duplicar - e mesmo triplicar - a produtividade atual.

Fatores que induzem a uma baixa produtividade

- 98% da propriedade é privada;
- A norte do Tejo a dimensão da propriedade é muito pequena, impossibilitando investimentos com economia de escala;
- Os preços das matérias primas florestais têm-se mantido pouco variáveis nas últimas décadas, com exceção da evolução da madeira de pinho nos últimos 3 anos;
- O despovoamento do interior do território nacional e o abandono das atividades do sector primário nestas regiões têm crescido nos últimos anos;
- As alterações climáticas aumentam significativamente os riscos bióticos e abióticos.

Potencial Florestal em Portugal



O baixo rendimento dos proprietários florestais tem originado, nos últimos anos, a um desinvestimento no sector.

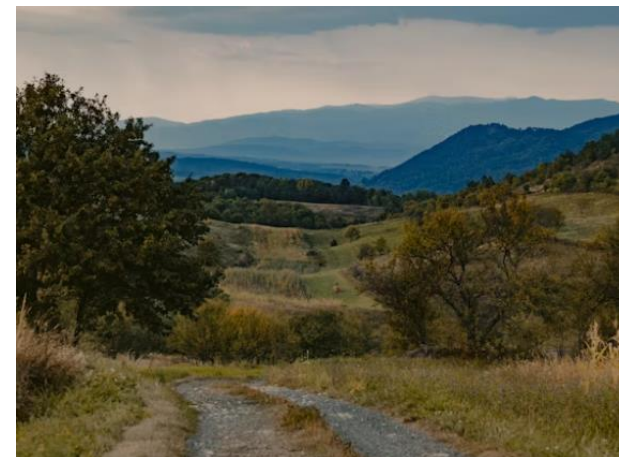
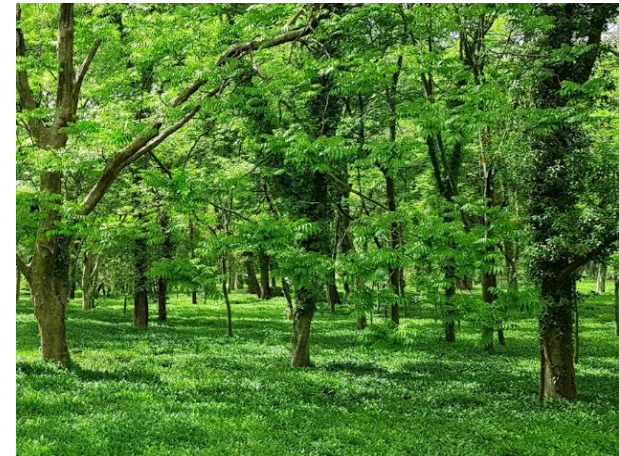
Este desinvestimento associado às alterações climáticas tem colocado a floresta nacional em patamares elevados de risco, dos quais os incêndios de 2017 e 2020 são um exemplo. Outro risco é a proliferação de pragas e doenças florestais em algumas zonas do país.





FLORESTAS · PT

Florestas, alterações climáticas e desafios



Florestas e alterações climáticas



A temperatura mundial já subiu em média 1,2 °C.

A importância de não ultrapassarmos os 1,5 °C de aumento de temperatura tem sido sublinhada pelo IPCC - Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas.

Em 2018, demonstrou-se que as consequências dos "efeitos de *feedback*" (retroalimentações que são indutoras de maior aquecimento global, como o *permafrost*, a desflorestação da Amazónia, o degelo do Ártico, etc.) têm sido subestimadas pelo IPCC em aproximadamente 0,5 °C. (estudo "*Trajectories of the Earth System in the Anthropocene*").

Isto leva ao risco de uma concentração de CO₂ na atmosfera de 430 partes por milhão (ppm), induzindo, na verdade, a um aquecimento global de 2 °C e não de 1,5°C.



Florestas e alterações climáticas



Em janeiro de 2022, a NASA mediu uma concentração de CO² na atmosfera de 418 ppm, o que significa que, ao atual ritmo de emissões, atingiremos rapidamente os 430 ppm.

Um aquecimento global superior a 2 °C retira o planeta do equilíbrio climático que temos vivido nos últimos 12 mil anos.



Dá lugar a um novo equilíbrio que não poderá ser revertido num prazo inferior a vários séculos ou milénios.

Os cientistas estimam que toda a população mundial será afetada.

Florestas e alterações climáticas



Portugal encontra-se num *hotspot* mundial relativamente aos efeitos das Alterações Climáticas.



Os Incêndios Extremos sentidos em 2017, bem como a seca prolongada no Sul de Portugal, são a maior evidência de um clima em mudança.

Nas últimas duas décadas o nível de precipitação no país reduziu-se entre 20 e 40% e os fenómenos extremos, como os incêndios, serão cada vez mais frequentes.

Florestas e desafios



A neutralização da pegada ecológica da sociedade, organizações e empresas começa a ser uma preocupação cada vez mais visível.

O desenvolvimento de projetos florestais para a fixação de CO₂ atmosférico, em complemento de projetos de redução de emissões, será determinante para o combate às alterações climáticas.



AS FLORESTAS PORTUGUESAS ENFRENTAM DOIS GRANDES DESAFIOS NO CURTO PRAZO:

- 1) Combater as alterações climáticas, assegurando a **fixação de CO₂** atmosférico e o cumprimento da meta de neutralidade carbónica em 2050.
- 2) Assegurar a sua **rentabilidade** e recuperar a sua **vitalidade**.





FLORESTAS · PT

Florestas e financiamento



Mecanismos de financiamento público



Os proprietários florestais dispõem, em 2024, de um conjunto diverso de mecanismos de financiamento público, nomeadamente:



PDR 2020
e
futuro PDR 2030.



Apoios atribuídos no âmbito do enquadramento das propriedades em Áreas Integradas de Gestão da Paisagem (AIGP).



Vale Floresta;
Apoio aos Serviços de Ecossistema.

Estes tipos de apoio requerem um compromisso claro dos proprietários com a aplicação das medidas financiadas, exigindo uma gestão ativa da floresta que se traduz no sucesso dos investimentos.

Mecanismos de financiamento público



LIMITAÇÕES E CONDICIONANTES

Limitação orçamental

A limitação orçamental face às necessidades reais da floresta nacional é, logo à partida, um dos constrangimentos a uma implementação em escala desta tipologia de apoios, com consequências do ponto de vista territorial.

Desafios

Pequena dimensão da propriedade, despovoamento dos territórios do interior, falta de capacidade técnica e desinteresse pela floresta são fortes condicionantes para uma aplicação consequente destes apoios nos territórios.

Baixa adesão

Tem sido recorrente nos últimos Quadros Comunitários de Apoio uma baixa adesão dos proprietários florestais aos poucos apoios disponibilizados.

Para operar uma verdadeira **mudança no paradigma do investimento na floresta nacional**, com consequências significativas ao nível da **produção, territórios, economia e alterações climáticas**, os apoios públicos devem ser complementados pelo desenvolvimento de **mecanismos de financiamento privado**.

Financiamento privado



A procura por projetos florestais que assegurem a fixação de carbono é cada vez maior.

O carbono florestal passou a ter um valor de mercado, tornando-se um novo ativo biológico das florestas.

O desenvolvimento de projetos florestais que assegurem a fixação de carbono nas florestas, promovam a biodiversidade dos ecossistemas, revitalizem os solos e aumentem a resiliência a fatores bióticos e abióticos está a dar os primeiros passos firmes em Portugal.

Estes projetos constituirão, no curto prazo, **mecanismos de financiamento privado** complementares aos apoios públicos, que poderão fazer escalar a intervenção nos territórios.



O CO_2 é composto por uma molécula de carbono (C) e duas de oxigénio (O_2). Através da fotossíntese, as plantas e árvores captam o CO_2 da atmosfera, retendo o C nas suas estruturas (nos seu lenho e raízes) e libertando para a atmosfera o O_2 .

Financiamento privado



A recente criação do **Mercado Voluntário de Carbono** em Portugal é um exemplo claro da importância que o tema já representa para a sociedade e para o país.

Adicionalmente, existem já em desenvolvimento **várias outras iniciativas**, promovidas por diferentes entidades, que visam a criação de fundos ou iniciativas de investimento privado com vista à produção e colocação no mercado de créditos de carbono florestal produzidos em Portugal.

São delas exemplo:

- 1) Portuguese Forest Fund – 100 Milhões €
- 2) LAND Fund – 100 Milhões €
- 3) Fundação Repsol – 100 Milhões €
- 4) Fundação Calouste Gulbenkian e a Efanor Investimentos – 31 Milhões €



Financiamento privado



As diferentes Iniciativas de investimento privado possuem **enquadramentos legais distintos**, desde Fundos Investimento Especializado Alternativo até Fundos Imobiliários.

Dependendo das suas características, a sua maturidade (período de duração) também varia, desde os 15 anos até aos 40 e mais anos.

Apenas os Fundos de Investimento Imobiliário, pelas suas características, encaram a terra como um ativo de investimento transacionável.



Na generalidade, as iniciativas de investimento privado têm como objetivo rentabilizar os investimentos (ou seja, remunerar quem investe) através da colocação no mercado de uma diversidade de ativos biológicos: carbono, biodiversidade, madeira, biomassa, produtos florestais não lenhosos, entre outros.

Financiamento privado



Considerando a degradação quase generalizada dos cerca de 3 milhões de hectares da floresta portuguesa, bem como a impossibilidade orçamental e operacional do Estado Português para recuperar a floresta nacional, o desenvolvimento destas iniciativas é da máxima importância, pois:

- 1) Assegura a captação de investimentos privados, independentemente dos apoios públicos;
- 2) Promove a recuperação de áreas florestais em elevado estado de degradação;
- 3) Contribui para a instalação de florestas ativamente geridas e com objetivos de preservação da biodiversidade, de recuperação dos solos e regulação do ciclo da água e de aumento da resiliência a fatores bióticos (invasoras, pragas e doenças, por exemplo) e abióticos (fenómenos meteorológicos, por exemplo);



Financiamento privado



VANTAGENS

O Enquadramento Nacional, é particularmente propício para o desenvolvimento de Fundos de Investimento associados a ativos florestais:

- 1) A integração na União Europeia (UE) assegura estabilidade política, orçamental e cambial;
- 2) O potencial produtivo das florestas portuguesas é o mais elevado da UE, assegurando potencialmente, uma maior remuneração dos investidores;
- 3) Existem recursos técnicos com *Know-how*.

DESVANTAGENS

- 1) Geograficamente, o país situa-se num *hotspot* de vulnerabilidade às alterações climáticas, o que potencia os riscos bióticos e abióticos;
- 2) 98% da propriedade é privada, sendo de "microfúndio" nas regiões de maior produtividade potencial, o que dificulta a angariação de áreas para investir;
- 3) O território tem ainda baixos níveis de cobertura de cadastro da propriedade, mesmo após as iniciativas BUPi (Cadastro Simplificado).

Nota biográfica



Gonçalo Alves

Gkapital

goncalo.alves@gkapital.pt

Fundador e *partner* da consultora *Gkapital* e da *Smart Forest*, Gonçalo Alves é engenheiro florestal, licenciado pelo ISA - Instituto Superior de Agronomia.

Iniciou a sua carreira profissional como membro do secretariado técnico da conferência interministerial: “*Expert Meeting for Rehabilitation of Degraded Soils*” / “*Third Ministerial Conference for the Protection of Forests in Europe*” .

Desde então, tem estado sempre ligado ao sector florestal e aos projetos florestais. Exerceu em diversas organizações, a exemplo, da Autoridade Florestal Nacional, que dirigiu, da Autoridade Nacional de Proteção Civil, do Centro de Biomassa para a Energia e do IFADAP - Instituto de Financiamento e Apoio da Agricultura e Pescas, e foi consultor de diversas Empresas.

Foi chefe de gabinete do Ministro da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural, do XXI Governo Constitucional (2015-19).



FLORESTAS · PT

obrigado

